

# garantismo penal

↳ o garantismo vem do verbo "garantir" e significa assegurar ou tutelar alguma coisa. No caso da teoria garantista, a proteção recai sobre os direitos da pessoa humana, como por exemplo: direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

**importante** → o garantismo penal prega o máximo respeito aos direitos fundamentais e às garantias processuais.

↳ minimizar a violência na sociedade

↳ a violência aqui pode ser criminal, institucional e de aparatos repressivos.

O Estado é quem possui o monopólio de uso legítimo da força. De acordo com o garantismo, o Estado se tornou a figura que pode restringir legalmente e, em casos de excessos, ameaçar a liberdade dos indivíduos.

↳ **taxatividade:** não basta existir uma lei que defina uma conduta como crime, tal norma deve ser clara e compreensível, permitindo que os indivíduos tenham real consciência em relação a conduta punível.

↳ **materialidade:** p/ que haja a existência de um delito é necessário elementos físicos que comprovem a ação ou omissão do indivíduo e que atestem a lesão.

↳ **legalidade:** não há crime sem lei anterior que o estabeleça;

↳ **princípio da última ratio:** o direito penal só vai atuar quando outro ramo do direito for insuficiente.

## garantias processuais:

- **presunção da inocência:** ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;

- **contraditoriedade:** todo acusado terá direito de resposta contra a acusação que lhe foi feita;



- / — / —
- paridade de armas: igualdade de oportunidades p/ ambas as partes
  - in dubio pro reo: quando houver incertezas quanto à materialidade ou à autoria, há o benefício da dúvida ao réu, ocasionando em sua absolvição.
  - ônus da prova: aquela responsável por uma afirmação é também quem deve oferecer as provas necessárias p/ sustentar o que fala.
  - publicidade: os processos são públicos e a lei só poderá restringir isso quando for p/ defender a intimidade ou interesse social.
  - juiz natural: ninguém será sentenciado se não por autoridade competente.
  - devido processo legal: todos tem direito a um processo que respeite todas as etapas previstas em lei e garantias constitucionais.

**importante** → no BR, o movimento garantista se fortaleceu principalmente na metade da década de 1980 e culminou com a CF de 88.



# funcionalismo penal

↳ É uma teoria que pretende revisar os elementos que compõe o conceito analítico de crime (conduta humana, típica, antissocial e culpável), bem como da teoria da pena, à luz dos valores de política criminal vigentes na sociedade atual.

O funcionalismo nada mais é do que uma tentativa de aproximação dos valores políticos vigentes, proscrevendo sobre uma dogmática clássica, de índole positivista.

**importante** → durante o século passado, a grande maioria dos autores propôs que a construção do trabalho sistemático em D. Penal devesse ser alheia e, além disso, contrária a toda espécie de finalidade político criminal.

↳ disso resulta um sistema voltado para elaboração de soluções inequívocas e uniformes na aplicação do D. penal, ainda que nem sempre forem justas.

▼ Jescheck propôs que o que importa é sempre a solução da questão de fato e Roxin segue na mesma ideia, aduz que os problemas político-criminais configuram o conteúdo próprio da teoria geral do delito.

## características:

- proteção ao bem jurídico: o direito penal é legítimo quando protege um bem jurídico;
- desapego da técnica jurídica: o direito penal não pode ficar preso a um formalismo desnecessário;
- prevalência do jurista sobre o legislador: a lei é um mero ponto de partida, não vincula a atuação do operador do direito.

### ▶ FUNCIONALISMO TELEOLÓGICO, MODERADO ou DE POLÍTICA CRIMINAL:

O funcionalismo teleológico ou moderado propõe que se entenda a conduta como comportamento humano voluntário, causador de relevante e intolerável lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal.



\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

É moderado porque defende que o direito penal possui limites impostos pelo próprio direito penal, pelos ramos do direito e pela sociedade.

Ainda, pode ser um sistema dualista, porque o direito penal é um conjunto próprio de normas e de valores, os quais convivem perfeitamente, com os outros ramos do direito.

Por política criminal entende-se a aplicação da lei aos anseios da sociedade.